

RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.070 - RS (2016/0082851-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **LUIZ CLÁUDIO DE LEMOS TAVARES**
ADVOGADOS : **EDSON DAMETTO - RS037129**
 IVO DE LEMOS TAVARES E OUTRO(S) - RJ134948
 KLAUS KISSMANN - RS061036
RECORRIDO : **UNIÃO**
RECORRIDO : **SOCIEDADE INTELIGÊNCIA E CORAÇÃO**
ADVOGADOS : **JOÃO BOSCO LEOPOLDINO DA FONSECA - MG010907**
 PATRÍCIA DE OLIVEIRA LEITE LEOPOLDINO - MG055456
 MAURICIO LEOPOLDINO DA FONSECA E OUTRO(S) -
 MG055454

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LUIZ CLÁUDIO DE LEMOS TAVARES, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 1.894):

AÇÃO POPULAR. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS). MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446/2008.

1. A Medida Provisória n.º 446/2008, que dispôs sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, foi rejeitada pelo Congresso Nacional, o qual não editou ato disciplinando as relações jurídicas estabelecidas no período de sua vigência (art. 62, § 11, da CF), tornando aplicáveis as respectivas disposições.

2. A possibilidade de o Poder Judiciário apreciar a presença dos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62 da Constituição Federal, é admitida em casos excepcionais de abuso da discricionariedade do Presidente da República. Não sendo essa a hipótese dos autos, o que se infere pelos motivos que ensejaram sua edição, não há invalidade a ser reconhecida.

3. Tampouco há inconstitucionalidade material, pois a expedição de certificado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, no período de vigência da referida Medida Provisória, não exime a entidade beneficiária de implementar os demais requisitos legais para fruição da imunidade prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal.

4. Inexistindo elementos suficientes para formação de qualquer juízo acerca do efetivo implemento ou não dos requisitos previstos na legislação de regência, tal análise deve se dar na via administrativa, oportunamente.

5. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, posto que não demonstrada a má-fé do autor popular, nos termos do art. 5º, LXXIII, da CF e art. 18 da Lei n.º 7.347/85.

O recorrente aponta violação do art. 515, § 2º, do Código de Processo Civil/1973.

Alega, em síntese, que o Tribunal de origem não se manifestou sobre

Superior Tribunal de Justiça

toda a matéria devolvida pela apelação relativa a todas as causas de pedir.

Contrarrazões apresentadas.

O Ministério Público Federal emitiu parecer em que opinou pelo não conhecimento do recurso especial.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

A insurgência não comporta conhecimento.

É que a tese relativa à suposta falta de apreciação de todas as matérias arguidas na apelação carece do requisito constitucional do prequestionamento.

Conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo de lei federal, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Corte de origem tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Frise-se, a propósito, que a simples oposição dos embargos de declaração não supre o requisito do prequestionamento, sendo necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do então vigente Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o referido óbice. Essa é a inteligência da Súmula 211 do STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*."

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator